

REQUERIMIENTO N°

, de 2011

Solicita que sejam convidados o Sr. Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Sr. Presidente da Federação Nacional dos Médicos, o Sr. Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar e o Sr. Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo para prestar esclarecimentos sobre as paralisações de médicos credenciados a planos de saúde.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro a V.Ex^a que, ouvido o plenário da Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. **Roberto Luiz D'Avila**, presidente do Conselho Federal de Medicina, o Sr. **José Luiz Gomes do Amaral**, presidente da Associação Médica Brasileira, o Sr. **Cid Célio Jayme Carvalhaes**, presidente da Federação Nacional dos Médicos, o Sr. **Maurício Ceschim**, diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e o Sr. **Arlindo Almeida**, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, a fim de prestarem esclarecimentos acerca das repetidas e constantes paralisações dos atendimentos por parte dos médicos credenciados a planos de saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Informações divulgadas na imprensa falam que mais uma suspensão de atendimento a clientes de planos de saúde está sendo preparada. Mais uma

vez, a sociedade brasileira está diante de um problema que vem se repetindo em diversas unidades da federação.

Muitos são os que consideram que essas situações devem-se, em grande parte, à política de remuneração das consultas praticadas pelos planos de saúde.

Entretanto, segundo dados, os lucros de tais instituições vêm crescendo nos últimos anos, em muito impulsionados pela manifesta ineficiência do atendimento médico fornecido pelo Estado.

Porém tudo indica que essas instituições não vêm utilizando esses lucros de forma a beneficiar a sociedade, mormente em relação ao valor pago aos profissionais que a elas prestam serviços.

Sabendo que a Constituição Federal considera a saúde um bem inerente ao cidadão, fornecendo garantia e tutela do Estado em seu fornecimento, creio fundamental que esta Casa, em especial este órgão técnico, venha discutir a política de remuneração aos profissionais, ouvindo seus legítimos representantes, ademais, a própria Agência Reguladora estatal, no sentido de identificar os focos de problemas e buscar eventuais soluções, posto que lastreadas na atividade legislativa.

Sala da Comissão, em 31 de agosto de 2011

Deputado AUGUSTO COUTINHO
DEM/PE